

# A trajetória de um intelectual negro na UnB

*Nelson Olokofá Inocencio\**

**Resumo :** A narrativa do percurso acadêmico e político de um intelectual negro serve de fio condutor para pensar criticamente questões fundamentais que nos possibilitam compreender como atua o racismo inscrito no cerne da sociedade brasileira. Desde a violência simbólica inscrita nos currículos dos cursos universitários aos conflitos “conhecimento acadêmico x militância política”, o presente artigo assinala a importância dos movimentos sociais negros para a construção do intelectual negro que aprende a arcar com o ônus de quem tenta perfurar a espessa camada que separa a universidade do conjunto da sociedade sem perder a identidade para garantir o passaporte com visto de permanência.

**Palavras-chave :** memória, racismo, negros, ativismo negro, universidade, cultura brasileira, poder.

## **The course of a black intellectual at Unb.**

**Abstract:** The report of an academic and political of a black intellectual serves as a way to think critically basic issues that make it possible to understand like the way the inscribed racism acts in the heart of Brazilian society. Since the symbolic violence in the syllabus of university courses to the conflicts “university knowledge x political militancy”, the present article points out the importance of black social movements to the construction of a black intellectual that learns to take the onus of who tries to perforate the thick layer that separates the university from the society set without losing the identity to guarantee the passport with visa of stay.

**Key words:** memory, racism, black, black activism, university, Brazilian culture, power.

O ofício de escrever constantemente nos impõe determinados desafios e talvez este seja um dos maiores deles. Falar sobre si mesmo está longe de ser um exercício simples e requer cuidado extremo se o propósito, ao contrário de massagear o próprio ego, é o de fornecer subsídio a reflexões sensatas sobre temas de interesse público. Tomara que eu tenha conseguido minimamente contribuir nesse sentido de modo a colaborar para o debate

---

\* Nelson Olokofá Inocencio é Professor Assistente do Departamento de Artes Visuais, vinculado ao Instituto de Artes da Universidade de Brasília. Atualmente coordena o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, ligado ao Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares, pertencente a mesma instituição. [omodore@unb.br](mailto:omodore@unb.br), [neab@unb.br](mailto:neab@unb.br)

responsável acerca de um tema de fundamental importância para deslindarmos a cultura brasileira em seus aspectos mais contraditórios. Pretendo aqui tratar das relações raciais na universidade, do ponto de vista de quem pertence a um segmento social e historicamente excluído, explicitando pontos que parecem relevantes para a compreensão desse espaço de poder que tem dado sustentação a hegemonia branca.

Minha trajetória acadêmica se inicia em 1980 assim que ingressei na Universidade de Brasília. Vindo de uma educação fundamental e média basicamente burguesa por ser filho de servidores públicos bem estruturados, encontrava-me em uma condição *sui generis* comparada a situação da maioria da população negra. Todavia, embora este argumento pudesse favorecer de maneira aparente a tese que se sustenta em um quase fundamentalismo de classe, eu diria, seguramente, que aquelas condições não apenas eram favoráveis para meu acesso a universidade como me tornavam cada vez mais negro, na medida em que a questão da representação, ali colocada, pudesse afetar o meu olhar e o do outro.

No período em que cheguei a UnB já estava seduzido pelo ativismo negro. Após ter sido membro do Centro de Estudos Afro-Brasileiros, entidade local, no final da década de 70, permaneci durante dois anos na atividade acadêmica sem atuar organicamente. Porém, isso já significava muito, levando-se em conta que para participar da vida no campus como discente ou docente, não pertencendo ao *mainstream*, pagasse um preço. O ônus de quem tenta perfurar a espessa camada que separa a universidade do conjunto da sociedade, nessas circunstâncias, se reflete muitas vezes na perda da própria identidade, por exemplo, para garantir o passaporte com visto de permanência.

Acredito, ainda que não soubesse na época, ter sido contemplado por um empoderamento resultante dessa articulação entre um incipiente domínio do código hegemônico e o despertar de uma politização construída a partir de um referencial específico até então pouco visibilizado: a consciência negra.

Não tardou muito para perceber que a orfandade política em território hostil como a universidade me deixaria extremamente vulnerável, mais do que eu já era. Em 1982 filio-me ao Movimento Negro Unificado, recém fundado em Brasília, como ressonância das vozes que eclodiram pelo o país desde o ato histórico no ano de 1978 nas escadarias do Teatro Municipal em São Paulo. Decididos a dar um basta a violência racial grupos negros

convergir para a idéia de formar uma frente ampla, que posteriormente se transformou em entidade nacional. No MNU atuei de 1982 a 1996. Foram 14 anos que ressignificaram meu percurso acadêmico e por que não dizer minha própria existência.

Retornando a universidade, lembro que há dois anos, desde o ingresso, me encontrava na UnB cursando licenciatura em educação artística e, ao contrário do que muito se afirma, percebi que a atividade artística não suscita de modo inerente a transgressão, a contestação, o inconformismo ou quaisquer outros fenômenos que os valham. Sem a intenção que se vincule a tais propósitos, as linguagens artísticas nada mais serão do que conjuntos de possibilidades, que podem até mesmo servir a interesses absolutamente antagônicos àqueles constituintes dos processos de rupturas. Nesse sentido podemos observar, ainda com certa constância, o peso de uma narrativa mestra profundamente afetada pelo eurocentrismo que orientava e orienta diversas leituras sobre, história da arte, bem como conceitos nela articulados, a exemplo, da noção de civilização, senso estético, obra de arte, sofisticação, erudição, entre outros .

Logo, não foi difícil constatar que a batalha teria então que ir além da transposição da barreira do vestibular. Seria necessário também sobreviver aos currículos, independente de departamento, faculdade ou instituto. Como dialogar com um mundo para o qual todo o conhecimento pertinente na face da terra advêm de um mito fundador chamado antigüidade clássica grega?

A cerca de vinte anos atrás a perspectiva dos estudos culturais e mesmo o multiculturalismo, na sua vertente crítica, estavam longe de se constituir em referências expressivas no seio da intelectualidade brasileira, tampouco o protesto negro possuía a visibilidade de hoje, respaldado por uma rede solidária que agora se espraia pelo país. Isso significa dizer que, as estratégias de sobrevivência precisavam ser indubitavelmente criativas para se garantir algum êxito em uma conjuntura tão adversa.

Posteriormente, optei por mudar de curso, uma vez que me sentia incomodado devido a uma crise estrutural que afetava o departamento. Mal sabia que esta crise não apenas era crônica como se estendia aos demais departamentos de artes nas instituições federais de ensino superior. Se a universidade vai mal imaginem os curso de artes, geralmente,

classificados como de baixo prestígio, segundo análise da Profa. Delcele Mascarenhas Queiroz.<sup>1</sup>

Resoluto, fui para o departamento de comunicação, por ser uma área afim, acreditando, ingenuamente, estar dando o passo certo rumo a uma alternativa, ledo engano. Não demorou muito para notar que o problema de ordem estrutural extrapolava os departamentos de artes. Enfim, só me restava seguir adiante.

Na comunicação permaneci até concluir a graduação. Talvez o saldo mais positivo desta mudança tenha sido o aprendizado acerca da mídia seu poder de persuasão, de exclusão e de como se desenvolve uma certa cumplicidade entre público e os gerenciadores da indústria cultural. Como estudante de publicidade passei a olhar de forma mais crítica a estética da cultura de massa e a compreender com maior propriedade o que vinha a ser a violência simbólica, proporcionada por articulações dos signos, principalmente os visuais.

Meu trabalho de final de curso consistia em uma proposta nada palatável para a época mas, por outro lado, refletia minha indignação ante uma padronização estética estarrecedora, que negava a tão propalada diversidade da qual o país tanto se gaba. Apresentei um projeto de campanha publicitária que se propunha a lançar uma linha de produtos para a população negra (mulheres e homens). Se nos dias de hoje isso não chega a representar necessariamente uma novidade, naquele momento era puro devaneio.

Nos anos em que estive como graduando na UnB continuava participando ativamente do MNU, chegando a ocupar o cargo de coordenador nacional de cultura. A vida acadêmica para mim, em várias circunstâncias, era balizada pela orientação política, sem que isso incidisse em algum tipo de dirigismo.

Próximo de encerrar a graduação fui indicado por uma companheira de militância para ocupar uma função no Ministério da Educação, na assessoria de comunicação social, mais especificamente. Obtinha, afinal, meu primeiro emprego, com carteira assinada e tudo, aos vinte e quatro anos de idade, bem tarde se comparado a média nacional.

No MEC permaneci entre 1985 e 1986, em pleno surgimento da *nova república*. Assim que me graduei, abri mão daquele trabalho para me lançar no mercado publicitário, o que

---

<sup>1</sup> A Profa. Delcele Mascarenhas Queiroz organizou densa pesquisa sobre a condição negra nas universidades brasileiras contendo dados alarmantes que denunciavam a exclusão racial nos *campi* do país. O trabalho, que é uma compilação de textos contundentes, intitula-se O negro na universidade, tendo sido lançado há pouco tempo.

resultou em uma verdadeira catástrofe, sem precedentes. Experimentei, por algum tempo, o dissabor do desemprego. Eventualmente, exercia algumas atividades como *free lancer* em instituições especializadas na área de comunicação . Este quadro caótico veio a coincidir com casamento e nascimento do primeiro filho. Frente a tais adversidades concluía que, definitivamente, o mundo estava virado de ponta a cabeça para mim.

Depois de encerrar a graduação e de passar por um jejum de pouco mais de dois anos, distante da vida acadêmica, tentei retornar participando da seleção de mestrado em 1988, sem obter êxito. No exame do ano seguinte me classifico em 4º lugar. Regresso a UnB na condição de mestrando, estimulado por familiares e amigos mais próximos. A pós-graduação representou um período muito especial em minha vida, não apenas pela possibilidade de estudar com um afinco maior do que na graduação, como também pela autonomia que se adquire ao se eleger um objeto e uma abordagem específica. Isso sem esquecer, obviamente, de um aspecto estrutural de grande relevância: a bolsa, condição básica para permanecer no *campus*.

Todavia, sabemos que, apesar dessas conquistas, uma pós-graduação bem sucedida está vinculada a uma boa orientação. No meu caso, pude experimentar um diálogo profícuo com minha orientadora que felizmente possuía um *background* respeitável sobre relações raciais. Nossos debates e mesmo nossas divergências se davam em um plano elevado, o que também permitiu a fluidez do trabalho.

Eu estava determinado a lidar com um tema que explicitasse a problemática racial. A idéia que foi se consolidando ao longo do curso era a de uma análise meticulosa acerca da elaboração da imagem enquanto recurso ideológico na construção da identidade afro-descendente pelo movimento negro. A dissertação intitulada *Consciência Negra em Cartaz* foi desenvolvida na intenção de elucidar o poder do discurso visual, bem como lidar com questões advindas dos estereótipos imagéticos tão freqüentes na cultura do racismo brasileiro. Após compilar vários cartazes produzidos pela militância e organizações solidárias a luta, consegui delimitar o *corpus* e avançar no processo. O fato de ser procedente de uma entidade do movimento social ligada a essa questão, herdando por conta disso todo um entendimento, fruto da massa crítica acumulada, foi de fundamental importância no desdobramento da pesquisa.

Na verdade eu corria um duplo risco. Primeiro pela razão de estar inevitavelmente atado ao meu objeto, o que de modo geral leva a academia a questionar o pós-graduando sobre a falta de distanciamento em relação ao mesmo. Segundo por que, além disso, tratava-se de alguém com um perfil de ativista, o que, via de regra, acaba levando a desconfiança acerca da qualidade científica do trabalho, uma vez que a universidade propugna, ainda com frequência, uma pretensa neutralidade da ciência. Com isso, ela quer nos fazer acreditar que as abordagens acadêmicas, geralmente, são destituídas de ideologia.

Houve alguns percalços pelo caminho, conseqüência do deplorável quadro em se encontravam as instituições federais de ensino superior. Não tardou até que a crise atingisse os programas de pós-graduação. Afetado por problemas resultantes das péssimas políticas educacionais de estado, o que resultou em greves intermináveis, encontrei-me em uma situação atípica. Durante a elaboração da dissertação minha bolsa se esgotou. Então, me vi obrigado a pensar em nova fonte de renda, sob pena de não concluir a pós em função de condições materiais.

Neste instante tomei conhecimento de um concurso realizado pela própria UnB para suprir carência existente entre o pessoal técnico-administrativo. Ainda considerando a remuneração, expressivamente inferior a bolsa que recebia, não dispunha de muitas alternativas. Me inscrevi no concurso, fui submetido as provas e consegui aprovação como técnico em artes gráficas, passando a ter um duplo vínculo com a instituição. Eu era a um só tempo discente e técnico. Tal condição seria impensável há anos atrás quando ao pessoal técnico-administrativo estava vedado o direito de ter acesso a um curso superior dentro da casa. Deliberação, aliás, sustentada pelo então reitor, mantido no cargo por quatorze anos, graças aos seus vínculos com o regime militar.

Durante a maior parte do estágio probatório, período em que o funcionário é avaliado quanto a adequação às funções delegadas a ele, eu trabalhava na assessoria de comunicação e distribuía meu tempo entre o mestrado e o emprego. Vale dizer que, esta ousadia quase me custa a vaga. Em relação a esse assunto, que representou enorme desgaste, creio que é possível pensá-lo por vários flancos. Um deles é que, apesar de já não mais impor aos técnicos uma proibição rígida como a estabelecida pela reitoria, em tempos de ditadura, no tocante aos cursos acadêmicos, a cultura funcional da UnB ainda não havia absorvido de maneira plena a mudança de procedimento, ou seja, a

redemocratização. Logo, a avaliação feita sobre minha conduta poderia estar contaminada por esses resquícios, bem como pela velha mas eficiente noção de que no serviço público as pessoas são, geralmente, improdutivas. Há também outros equívocos, a exemplo daqueles que afirmam a sociedade de classes, inviabilizando a possibilidade dos servidores se qualificarem academicamente. Por esse viés eu seria facilmente identificado como um funcionário relapso, mesmo tendo uma produção constante e compatível com o que me era solicitado. Apesar dos percalços, seria oportuno lembrar que minha passagem pelo área técnica não foi de todo problemática, constituída só por agruras. Me dediquei ao ofício de ilustrador do *house organ*, uma espécie de boletim interno da casa, intitulado UnB hoje, além de ilustrar, eventualmente, o Jornal da UnB, cartazes e *folders* destinados a propaganda da instituição. A tarefa apazível servia de motivação, considerando que no serviço público, de um modo em geral, há um expressivo contingente de funcionários descontentes no que diz respeito às atividades desempenhadas.

Ao longo desse período pude interagir de forma efetiva com pessoas cordiais e que possuíam um certo domínio da estrutura da universidade. Com elas aprendi um pouco sobre o complexo funcionamento de uma instituição federal de ensino superior. Pelo fato de estar vinculado a assessoria de comunicação também acompanhei vários temas e debates nacionais no âmbito das universidades. Era um tempo em não se falava em políticas de inclusão racial. Este debate se deu em um momento bem posterior a minha saída.

Vencido o *stress*, proporcionado por uma avaliação de estágio probatório, que poderia ser considerada no mínimo tendenciosa e injusta, voltei a exercer minhas funções enquanto servidor e a dar continuidade aos estudos a fim de cumprir os prazos que me restavam para concluir a dissertação.

Sobre minha pós gostaria de tecer ainda um comentário. É curioso notar que a universidade também vive povoada por uma série de estereótipos. Um deles, que muito me chamou a atenção, está relacionado aos estudos das relações raciais no Brasil. Por ser uma área de conhecimento que apresentou vários textos fundadores acerca do assunto, as ciências sociais acabaram submetidas a uma interpretação, no contexto acadêmico, que as definiram como campo específico e absoluto para este tipo de abordagem. Em função de tal entendimento muitos colegas com os quais dialogava, ao tomarem conhecimento do meu objeto, apressadamente me perguntavam se eu cursava antropologia, sociologia ou,

ampliando um pouco mais este modesto leque, inquiriam me sobre o estudo da história, pressupondo imediatamente que eu pertencesse a uma dessas áreas de conhecimento. Quanto a tal problema, vale dizer que, a pesquisa em relações raciais nos últimos anos elucidou aspectos pouco palpáveis, durante muito tempo, sobre a dimensão do objeto.

Após algumas décadas desde a divulgação, dos textos supracitados que inauguraram a abordagem do tema na academia, pudemos entender o caráter de transversalidade que o assunto exige. Assim, aconteceu um adensamento inevitável permitindo que compreendessemos algo muito importante sobre a questão racial. O tema se tornara tão complexo que seria praticamente impossível querer contê-lo dentro do campo conceitual das ciências sociais. Não que elas deixem de ser importantes. Na verdade elas se constituem em um esteio, sobretudo por que o conceito contemporâneo de raça na academia possui uma dimensão sociológica expressiva. Aliás, quando falamos na questão racial hoje, há que se perceber nitidamente algumas vertentes desvencilhando-se de uma noção conservadora e puramente biológica em favor de outra que evidencia a construção social da raça. Como ponto de partida esse referencial é insofismável. O que não importa em restrição ou condicionamento a uma abordagem particular.

Logo, é justo dizer que, o diálogo com a antropologia, sociologia e história se constitui em uma possibilidade desejável de se estabelecer interfaces com outras áreas do conhecimento a exemplo da educação, da psicologia, da comunicação, da economia e porque não dizer das artes. Este exercício é fundamental para que se obtenha, a partir das articulações aludidas, um resultado positivo como abordagens interdisciplinares acerca do assunto.

Precisamos, portanto, prestar mais atenção a complexidade implícita no objeto e que indubitavelmente extrapola o campo das ciências sociais. Incurremos em erro quando deixamos de observar incursões de vários pesquisadores das relações raciais em áreas distintas das usuais. Atermo-nos a uma posição sedimentada somente engessa o raciocínio limitando as idéias ao senso comum.

Também é justo afirmar que, uma postura coletiva nascida no âmbito do movimento negro organizado contribuiu valorosamente para o adensamento do debate crítico na academia. A decisão de qualificar seus próprios quadros em nível de graduação e pós-graduação significou para o ativismo uma reorientação básica. Em decorrência de tal postura, hoje nos deparamos com uma nova situação. Nesse instante se estabelece um questionamento acerca



de certas formas de abordagens em que os pesquisadores brancos, quase de maneira exclusiva, fazem suas leituras acerca do universo negro. Temos então, desde o posicionamento militante supracitado, uma reviravolta e o objeto acaba por se rebelar contra seu pesquisador, reivindicando para si o direito de fala no contexto onde antes ele não tinha voz ou, quando muito, sua fala aparecia afetada, circunstanciada pela tradução do outro. Um outro, que não por acaso, se constituía em autoridade máxima sobre ele, o objeto.

Talvez encontremos alguns setores no âmbito da intelectualidade nacional que não tenha se dado conta da decisão política que dá forma e conteúdo a esta ruptura mas é fato. Prova explícita dessa intenção se constata com a organização do Congresso Nacional de Pesquisadores Negros, que já realizou seu segundo fórum nacional. A referida articulação dá visibilidade a esse tensionamento na universidade, bem como evidencia um coletivo ávido por consolidar o empoderamento da voz negra no território branco, como se caracteriza historicamente a academia brasileira. O COPENE tem estimulado reflexões importantes que vão nesse rumo. Podemos corroborar tal afirmação em sua recente publicação intitulada *De Preto a Afro-Descendente*.

Voltando um pouco no tempo, ressalto que em 1993 outros desafios se avizinhavam. Entusiasmado pelo anúncio de um concurso público para docente do Departamento de Artes Visuais na área de programação visual, candidatei-me a uma vaga mesmo sabendo que as condições não eram muito propícias para a obtenção de um bom resultado, afinal me encontrava as voltas como os prazos para conclusão da dissertação.

Me lancei na candidatura a uma vaga por entender que aquela seria uma oportunidade ímpar no sentido de estreitar os laços com a instituição e potencializar minha qualificação acadêmica que estava tão próxima de ser conquistada. Assumi o risco, porém, de maneira responsável. A rotina de estudos madrugada a dentro, que já era extenuante, teria que comportar outros conteúdos. No primeiro semestre daquele ano aconteceu o exame. Exhaustiva, como não poderia deixar de ser, a avaliação culminou com um resultado até favorável. Consegui me classificar embora em uma posição que dificultava o acesso imediato a carreira docente. Não pude ser contemplado por uma das vagas existentes naquele momento. Como o concurso tinha validade de dois anos, a mim restava a expectativa de ser convocado antes que o prazo se expirasse.

Nos últimos meses daquele ano eu finalmente concluí o texto da dissertação e encontrava-me seguro para a defesa. Em dezembro fui sabatinado por uma banca constituída pela Profa. Clara de Andrade Alvim, especialista em cultura brasileira, pelo Prof. Fernando Bastos, filósofo dedicado às questões da estética ocidental e pela Profa. Suzete Ventureli, da área de artes visuais. O trabalho que passou por sérias dificuldades e, em meio a vendavais, tempestades e maremotos, esteve prestes a ficar inconcluso, devido as contingências do período, acabou sendo laureado pela banca que o sagrou anunciando a aprovação com louvor. Agradeço calorosamente à minha orientadora e ao meu co-orientador, como também a professora convidada, pelo reconhecimento de minha labuta intelectual, apesar dos pesares e de todos os custos, incluindo-se aí o fim do casamento e a incomoda situação de encontrar Omowalê, naquele momento o único filho, aos finais de semana.

Os dois anos subsequentes foram de muita expectativa em função do concurso. Continuei na condição de técnico-administrativo, desempenhando normalmente minhas funções, sem perder de vista os objetivos primeiros. Eu tentava vislumbrar novos horizontes, tomando o devido cuidado para não reincidir nos erros do passado correspondentes a trabalho, conseqüência em certa medida, de uma euforia juvenil que muito me custou.

Em 1994 fui convidado para lecionar em uma instituição particular. Acabei iniciando a atividade docente no curso de comunicação do Centro de Ensino Unificado de Brasília, CEUB. De lá trago boas recordações apesar do tempo de interação ser demasiadamente curto. Não permaneci mais que um semestre por que algo muito importante estava para acontecer.

No início de 1995 um telefonema me surpreendeu. Recebi um comunicado da chefia do Departamento de Artes Visuais convidando-me para uma reunião em que abordaríamos as condições de minha contratação. A então chefe do departamento, Profa. Elisa Sousa Martinez, a quem sou profundamente grato, solicitou a minha presença. Compareci na data marcada e acertamos detalhes para nomeação. Em verdade o que aconteceu foi um arranjo. Depois de insistidas vezes ter consultado a coordenação do curso de desenho industrial, ao qual o a habilitação de programação visual pertence, notei que havia um posicionamento refratário a minha contratação por razões que sinceramente desconheço. Durante uma conversa prazerosa com a chefe do departamento fui informado que havia uma grande

carência de professores na licenciatura, especialmente a noturna e caso eu tivesse interesse poderia ocupar vaga existente. Uma outra possibilidade seria a de aguardar posição futura da coordenação do desenho industrial o que na verdade não era oportuno, considerando as sinalizações pregressas.

De imediato não pude assumir como professor do quadro permanente por que o Presidente da República havia momentaneamente suspenso todas as nomeações no serviço público federal. Logo, a tática adotada pela chefia para que eu iniciasse de imediato as atividades como docente no departamento foi a de solicitar a reitoria minha contratação para aquele centro de custo na condição de professor visitante. A idéia vingou e dentro de pouco tempo me encontraria lecionando.

Uma vez apresentado ao colegiado do departamento estabeleci meu primeiro contato com o corpo discente. Ministrei disciplinas introdutórias no primeiro semestre, por razões óbvias. No segundo semestre a situação sofreu alterações. Fui, finalmente, contratado como professor do quadro permanente da UnB.

Como manda o regulamento, eu teria mais uma vez que ser submetido ao estágio probatório. Só que desta vez o processo seria diferente. Os professores que avaliaram o meu desempenho souberam reconhecer a qualidade do meu trabalho, mesmo tendo eu enfrentado certos percalços decorrentes de uma tarefa de cunho administrativo. Na condição de coordenador de curso aprendi com as dificuldades. Apesar de algumas agruras, logrei êxito e o estágio, enfim, resultou em aprovação, o que representava também estabilidade.

O ano de 1995 fora, inegavelmente, repleto de acontecimentos significativos. Falo isso tanto no plano individual como pessoa negra quanto em nível coletivo aludindo às pessoas afrodescendentes como um todo. Neste ano ocorreu em Brasília aquele que pode ser considerado o maior ato político de dimensão nacional organizado pelo movimento negro contemporâneo desde a Frente Negra<sup>2</sup>. A Marcha a Brasília, pelo tricentenário da imortalidade de Zumbi, celebrando a epopéia do Quilombo dos Palmares e reivindicando qualidade de vida para o povo negro tomou a Esplanada dos Ministérios em pleno 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra. Neste evento de tamanha magnitude iniciei

---

<sup>2</sup> A Frente Negra se constituiu em movimento amplo que ganhou visibilidade nos anos trinta em São Paulo.

minha relação afetiva com Cláudia, que resultou em casamento. A companheira me deu mais dois filhos: Kiluanji e Amandla.

A Marcha, curiosamente, representou também a última performance expressiva do movimento negro local, levando-se em conta a participação efetiva da militância negra de Brasília no processo de construção dela. Depois do grande momento o ativismo vinculado a causa do anti-racismo na capital federal, diante de um quadro complicado envolvendo divergências políticas e pessoais, acabou mergulhado em longo período de refluxo, que aliás, não se esgotou até hoje.

Serie equivocado alegar a inexistência do legado do movimento negro no DF, sob pena de estar traindo a própria história. No entanto, o que é possível se constatar é que os sujeitos históricos que fizeram parte daquele momento, ou pelo menos alguns deles, acabaram, na atualidade, estabelecendo articulações políticas que não correspondem àquela intenção de trabalho coletivo organizado nos padrões anteriores como se constata durante as décadas de 70 e 80 e mesmo no início dos anos 90. Nesse processo de desagregação foram envolvidos o Movimento Negro Unificado – DF., o Coletivo de Mulheres Negras, a Comissão do Negro do Partido dos Trabalhadores, entre outros.

Por uma dessas armadilhas do destino, Brasília veio a se tornar, no anos que se seguiram, um lugar de muita visibilidade no panorama do debate anti-racismo, devido à recente criação da Secretaria Nacional para Promoção da Igualdade Racial, à permanência da Fundação Cultural Palmares, com seus quadros renovados, além da existência de programas como o *Diversidade na Universidade* do Ministério da Educação. Todavia, a conjuntura se desenrola sem a evidência de um movimento local capaz de dialogar com o institucional e dar sustentação às políticas públicas de corte racial. O que pertence ao ativismo daqui, na contemporaneidade, é uma história de militância que chegou ao clímax em momentos importantes como a Anti-comemoração do Centenário da Abolição, o protesto Anti-Apartheid frente a Embaixada da África do Sul e, como não poderia deixar de ser, as celebrações do Dia Nacional da Consciência Negra.

Em 1996, encontrava-me sem filiação política. Houve uma imensa cisão no seio do MNU de proporções avassaladoras. O resultado foi o surgimento de uma dissidência, da qual faço parte, que por sua vez não teve condições de se articular nacionalmente. Alguns esforços até foram notados, a exemplo das Yalodês, em Salvador, constituído por mulheres negras

que romperam com a entidade. O conteúdo fundamental da ruptura dizia respeito a orientação política da entidade que naquele instante encontrava-se profundamente abalada por concepções exteriores ao movimento negro, como o olhar de novos integrantes e dirigentes que traziam para dentro da entidade as práticas sindicais e partidária mais equivocadas possíveis de uma esquerda histórica, difusora de um marxismo anacrônico. Como se isso não bastasse, da forma mais deselegante, passaram a hostilizar e subestimar a intelectualidade negra histórica e sua massa crítica acumulada durante décadas de militância.

A situação era caótica e incontornável, não havendo outro jeito, senão buscar alternativas. Procurei reconstruir meu caminho dentro da UnB já na condição de docente. Primeiro me articulando com alguns colegas acadêmicos a fim de dar início a algumas pesquisas sobre relações raciais.

Um bom motivo para restabelecer meu vínculo com os estudos sobre cultura e resistência negra foi o convite formulado pela Fundação Cultural Palmares para que eu participasse, como observador, do V Orishaworld em 1997, O Congresso Mundial da Tradição e Cultura do Orixá ocorrido em San Francisco, Califórnia, nos Estados Unidos. Na oportunidade acompanhei conferências e debates alusivos ao legado iorubano disseminado pelas Américas. Ouvimos autoridades religiosas e lideranças políticas defensoras do afrocentrismo como Mr. Maulanga Karenga e Mr. Oba T' Shaka, além de interagirmos com pessoas iniciadas de na tradição de Ifá, provenientes de vários países do Caribe, da América do Sul e do Norte. Presentes no encontro também estavam pesquisadores, por possuírem alguma conexão ou apreço pelo mundo do orixá. Voltei com o ânimo renovado.

Depois de algum tempo tentado me ocupar do ensino, da pesquisa e da extensão, percebi que se fazia necessário um vínculo institucional mais denso que pudesse fortalecer ações no espaço da academia, tão pouco provocada pela questão racial. Decidi ingressar no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, um dos mais de vinte e cinco núcleos temáticos vinculados ao Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares da UnB. Duas gestões se passaram até que chegasse a minha. Antes, porém, eu havia assumido um mandato tampão cobrindo a Profa. Selma Pantoja que precisou se ausentar para cursar pós-doutorado na Howard University, uma universidade negra, nos Estados Unidos. As três últimas gestões do NEAB tiveram perfis distintos devido as características específicas de cada dirigente.

Minha preocupação particular, por exemplo é a de pensar relações raciais no âmbito da universidade. Com esse propósito assumi a coordenação do núcleo, pensado em uma politização do debate que pudesse justificar a premência de gestos eficazes de combate ao racismo, a exemplo das ações afirmativas, que são objeto de discussão no mundo inteiro. Não queríamos ser identificados como um núcleo culturalista que se ocupasse das peculiaridades, exotismos e curiosidades de um suposto folclore negro, como muitos de fora costumeiramente pensam. Precisariamos pensar a cultura de forma dinâmica e dialética, a fim de explicitarmos as contradições existentes nas entrelinhas das relações entre negros e brancos no país, sobretudo, em um espaço de poder, como é a universidade. Essas idéias sofreram um amadurecimento vital a partir de nossa participação na III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e formas correlatas de Intolerância, ocorrida em 2001, na cidade de Durban, África do Sul. Neste evento eu participei como representante do NEAB/CEAM/UnB e contamos com apoio substancial da FCP.

A conferência funcionou com a estratégia de grupos de trabalho. Particularmente, me interessei pelo coletivo que discutia reparações para a África e afrodiáspora, além de comparecer a algumas plenárias. Muitos tópicos foram abordados simultaneamente e em diferentes locais, o que exigia uma seletividade rigorosa. Há também que se considerar o significado de nossa visita a África do Sul, país que se tornou uma grande referência no combate internacional ao racismo, por causa da luta organizada de parte da sociedade civil para a superação do regime de apartheid. Tratava-se, sem sombra de dúvida, de uma experiência fantástica.

O governo brasileiro se dispunha a participar e a assinar mais um documento internacional que estabelece para seus signatários o compromisso e empenho no sentido de implementarem políticas visando o respeito às diferenças. O Brasil, aliás, já havia assinado documentos anteriores, ao longo das últimas décadas, sem apresentar resultados que pudessem ser considerados minimamente eficazes no combate à discriminação racial.

Posteriormente a Conferência algumas atitudes institucionais foram tomadas em campos diferenciado. Na área da educação uma universidade se antecipou lançando projetos de inclusão racial nos seus *campus* específico. A Universidade Estadual da Bahia, UNEB ousou experimentar sabor da tolerância. No Rio de Janeiro, o governo local definiu como

uma de suas metas o programa de ação afirmativa na universidade do estado, enfrentado também o um conservadorismo agudo, presente em larga escala na sociedade carioca. A UERJ lida com a dificuldade de sempre que é a de alfabetizar uma população majoritariamente analfabeta sobre racismo. Este é o preço que pagamos ao cairmos no canto da sereia e permanecermos entorpecidos por décadas pelo encantamento de um simulacro de democracia racial.

Recentemente, a Universidade de Brasília se tornou a primeira Instituição Federal do Ensino Superior a aprovar medidas que visem diminuir o descompasso entre negros e brancos. O Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão aprovou, por expressiva maioria, 20% de cotas para negros na UnB em atendimento ao Projeto elaborado pelo Prof. José Jorge de Carvalho, tendo como co-autora a Profa. Rita Laura Segatto. Os autores, ambos professores do Departamento de Antropologia, sensibilizados pela questão racial, resolveram dar respaldo às demandas do movimento negro. Um momento importantíssimo para a tomada de decisão desses professores em prol de uma radicalização, frente ao quadro aterrador de exclusão racial que a universidade evidencia, foi um incidente ocorrido nas dependências do próprio departamento onde atuam, envolvendo um doutorando negro. Esse rapaz fora, sem qualquer justificativa, submetido a um linchamento em praça pública, uma situação vexatória de reprovação por um outro professor que, ao final de tudo acabou sendo desautorizado pelo conselho superior, pois seus argumentos pareceram por demais insustentáveis. O fato não apenas explicitou uma enorme contradição, uma vez que o departamento ocupado em pensar a diferença não sabia lidar com ela, na medida em que seu objeto se rebelasse e resolvesse falar por conta própria. Parece que os brancos antropólogos foram treinados, historicamente, para pensar os outros, sem necessariamente, pensarem a si mesmos.

Eu, particularmente, me engajei no processo de construção de uma nova visibilidade no *campus*. Há mais ou menos dois anos atrás fui convidado a participar de um momento muito especial que se constituiu na fundação de um coletivo de estudantes negros, intitulado *enegreSer*. Não fossem eles e suas intervenções de qualidade no contexto da universidade, sobretudo, entre o corpo discente, o percurso para a conquista das primeiras vitórias no âmbito das ações afirmativas teria sido mais exaustivo. Esta juventude, diga-se de passagem, deu uma lição aos docentes, principalmente, aos poucos docentes negros

desta instituição, dos quais uma modesta colaboração se fez perceber ao longo do caminho. Ainda que considerando algumas questões que só serão resolvidas com o amadurecimento do grupo, estaríamos incorrendo em um falseamento do processo de luta por inclusão racial na UnB, caso não contemplássemos esta articulação interna de estudantes negros.

Tenho dialogado com este grupo e tentado contato com outros, a exemplo, do Cabeça Feita, que sob coordenação de uma ex-estudante negra de artes cênicas da UnB, vem administrando um trabalho significativo de resgate de textos teatrais escritos por autores negros olvidados na dramaturgia brasileira do século XX.

Minha trajetória, enfim, não poderia ser contada sem estas vinculações e sem tais impressões. Eu e minha consciência somos frutos de experiências coletivas que permitiram uma determinada postura diante do mundo. Lembro-me de um princípio filosófico dos povos *akan*, contido na palavra *sankofa*. Consta no pensamento dos *akan*, provenientes de Ghana e da Costa do Marfim que, segundo este princípio, representado pela imagem de um pássaro com a cabeça voltada para trás, nunca é demasiadamente tarde para se voltar ao passado e ressignificá-lo a fim de se alterar as visões deturpadas do presente e construir melhores perspectivas para o futuro. Integro-me plenamente a este princípio.

Exercendo funções diversas na universidade há mais de vinte anos, passando pelos três setores que, basicamente, a constituem, não pude me ver de outra forma senão me posicionando enquanto membro de um segmento que para sobreviver às mazelas do racismo, em qualquer contexto, necessita investir em releituras vitais daquilo que, via de regra, se chama realidade.

Entre as estratégias de sobrevivência nesta batalha pelo direito à diferença optei não apenas pelo ativismo mas também procurei alimentar o espírito da melhor maneira possível. Evoquei meus santos de guerra, chamei meus orixás. A cerca de um ano me tornei *ogan alagbe* do *Ylê Ase Orisa Dewy*, terreiro da nação *kêto* em Brasília. Consciente das especificidades de cada contexto, usufruí das fontes de conhecimentos diversos, inclusive a religiosa, e as articulo em prol do bem estar e da auto-estima negra. Óbvio que este entendimento se opõe a noção de cientificidade comum em nossa cultura ocidentalizada. Até por que para ela *candomblé* sequer pode ser tratado como religião.

Assim, a dialética da vida me impôs situações curiosas e me ensinou a lidar com contradições. É correto afirmar que hoje, apesar do perfil distinto, pertenço a uma elite, o



que não me induz a tentação enganosa de achar que as tensões estejam resolvidas. Justamente por estar como estou nesse espaço, ou seja, sem querer abrir mão da identidade negra em território hegemonicamente branco, que o tensionamento torna-se inevitável. Neste lugar, em que é preciso caminhar com o devido cuidado, me disponho, na atualidade, a pensar, enquanto pesquisador, um tópico ainda pouco explorado pela contracultura do racismo, protagonizada pelo movimento negro, que é a intrincada relação entre os signos de nossa cultura visual e como isso afeta a representação do povo negro, em especial, no universo artístico e midiático.

Posso me portar de tal maneira por ter observado com atenção o poder implícito no legado que as culturas negras forneceram, por entender-me como resultado desse fenômeno. De outra forma, não seria quem sou, minha produção artística traduziria o mundo a partir de outro ponto de vista e nem mesmo estaria escrevendo textos com a intencionalidade deste.

## **Bibliografia**

MOURA, Clóvis. *Brasil: raízes do protesto negro*. São Paulo: Global Ed. 1983.

NASCIMENTO, Elisa Larkin ( org.) *Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira*, Rio de Janeiro: edUERJ, 1996.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas ( coord.) *O negro na universidade*. Programa a Cor da Bahia / Programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. – Salvador: NovoToques, nº 5, 2002

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves & SILVÉRIO, Valter Roberto ( orgs.). *De preto a Afrodescendente*. Congresso Nacional de Pesquisadores Negros , São Carlos: EdUFSCar, 2003.